

1ª quinzena de dezembro de 2002

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº111

IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO Nº 0334/01

ECT / DR / RS

ADUFRGS

ACF CIDADE BAIXA

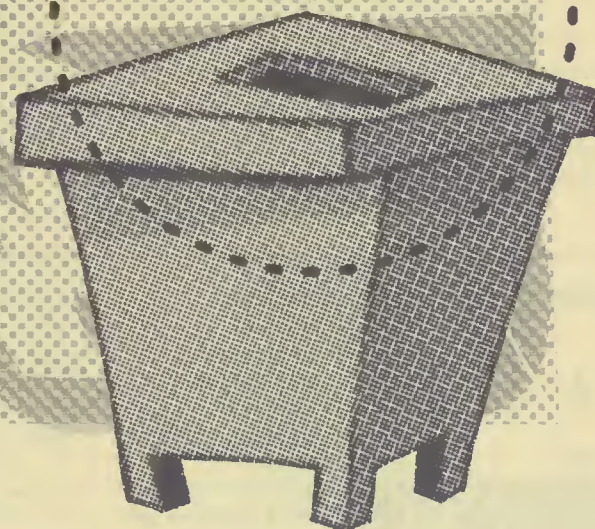


ADUFRGS

Docentes escolhem diretoria

Dias 12 e 13, os sócios da Associação dos Docentes da Ufrgs (Adufrgs) estarão escolhendo a próxima diretoria do sindicato e os integrantes do Conselho de Representantes. Os professores estarão decidindo o futuro da associação num momento de expectativa com o governo Lula e seguirão a tradição de democracia da entidade, criada em 1978, como espaço de resistência à ditadura militar.

Páginas 6 e 7



Reprodução "O Libertador" / Magritte



Escolhas, desafios, esperanças

Nos próximos dias estarão ocorrendo as eleições para a escolha da nova diretoria da Adufrgs e para o Conselho de Representantes. Esta escolha é importante para que possamos fortalecer o sindicato e enfrentar os desafios do novo governo Lula, que nasce com a esperança de mudanças profundas na sociedade.

Para as Universidades, há transformações necessárias quanto a ampliação do número de vagas oferecidas, que devem ser significativas num curto espaço de tempo. E é necessário também a ampliação do número de professores e do espaço físico para atender esta demanda além da garantia do financiamento da pesquisa e equipamentos para que o ensino se mantenha de qualidade.

Para a realidade das Universidades se alterar, nos próximos quatro anos de governo, será necessário da parte dos sindicatos uma nova postura diante deste presidente-operário. Os sindicatos terão que aprender a arte da negociação e do convencimento tanto com quem estiver negociando como com sua categoria. Este novo governo promete que irá negociar até que se chegue a uma solução e esta nego-

ciação não poderá ser por demais longa a ponto de tornar inviável a própria negociação e nem chegar a impasses que não possam ser superados.

Esta nova realidade trará um grande desafio para quem irá assumir a Adufrgs porque terá diante de si um interlocutor disposto a negociar e que chamará o sindicato para se posicionar perante todas as questões que afetam a Universidade e não somente os salários e vagas de professores. Desta discussão participarão todos os interessados, inclusive a sociedade organizada. Para o nosso sindicato, o diálogo será ampliado com o governo e estes novos parceiros.

É um momento ímpar que teremos diante de nós para construirmos a Universidade que sonhamos e que a sociedade quer. Para a concretização deste sonho a participação de todos no sindicato é fundamental, se informando e votando naqueles que representarão seus anseios na diretoria e nos candidatos ao Conselho de Representantes que será mais que o elo de ligação entre os professores e a diretoria, levando o pensamento destes para orientar o trabalho a ser desenvolvido por todos.

Cidadania contra a baixaria

A Comissão de Direitos Humanos (CDH), presidida pelo deputado federal Orlando Fantazzini (PT-SP), lançou em novembro a campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania". O objetivo é combater a programação televisiva centrada na exploração de preconceitos e da violência. O sítio da Comissão é o www.camara.gov.br/cdh. Também funcionará o número 0800.619619. Ambos servirão como canais para as queixas dos telespectadores que se sentirem ofendidos com o conteúdo televisivo de baixo nível, tão comum hoje em dia.

Tataraneto de Dostoiévski

Depois de oito anos trabalhando como condutor de bonde em sua nativa São Petersburgo, Dmitri Dostoiévski agora trabalha no museu da cidade, dedicado a Fiódor Dostoiévski. Dmitri é tataraneto do autor de "Crime e Castigo". Com 57 anos e tem passado por diversos empregos, teve a oportunidade de estudar o povo russo de perto. Concluiu que a obra do escritor do século 19 pode ajudar os russos a encontrar seu senso de orientação no século 21. "O maior legado de Dostoiévski é ter definido a palavra 'russkost', ou a essência do espírito russo", diz Dmitri, que herdou a fascinação de seu ancestral por observar pessoas. Segundo ele, "hoje o processo de globalização, que padroniza as pessoas, acaba criando uma reação reversa. Em algum ponto, as pessoas começam a se perguntar quem elas são de verdade. Esta é a melhor época para os russos abrirem um livro de Dostoiévski."

A ditadura escancarada

O jornalista Elio Gaspari está lançando uma série de livros sobre a ditadura, resultado de 18 anos de pesquisa, de uma compilação de 300 horas de entrevistas com alguns dos personagens centrais do regime e de arquivos diversos, incluindo documentos pessoais do general Ernesto Geisel e de seu estrategista Golbery do Couto e Silva. Os dois primeiros volumes da coleção, A Ditadura Envergonhada e A Ditadura Escancarada, estão sendo publicados pela Companhia das Letras e têm uma tiragem de 50 mil exemplares.

Vida 100% sintética

Criar uma nova forma de vida a partir da introdução do número mínimo de genes em um organismo unicelular, é o que

pretendem J. Craig Venter e Hamilton Smith, cientistas que mapearam o genoma humano há dois anos. O experimento permitirá a sintetização de um modelo biológico básico e possibilitará aplicações práticas, como o aprimoramento da guerra biológica. Em entrevista ao "Washington Post", os cientistas revelaram que seu objetivo é criar um organismo capaz de se dividir de forma regular para constituir um organismo biológico completamente novo. O plano é esvaziar a célula do Mycoplasma genitalium, esvaziando-a de seu material genético, sintetizar uma cadeia genética artificial e introduzi-la na célula para que esta se desenvolva e se reproduza.

Para Tarso, Lula dará mais incentivos a Porto Alegre

Em entrevista ao jornal espanhol El País, o ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro disse que os recursos federais que não vinham antes começarão a ser entregues pelo governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Para Genro, a capital gaúcha é um exemplo de participação popular para o mundo inteiro. Disse ainda, aos espanhóis, que "o orçamento participativo não é uma finalidade, mas a condição para que as pessoas exerçam sua cidadania".

Americanos apóiam guerra contra Iraque

Segundo pesquisa de opinião, feita pelo USA Today/CNN/Gallup e publicada no diário USA Today dia 27 de novembro, caso for comprovado que os iraquianos possuem armas de destruição em massa, a maioria dos americanos aprovaria a guerra de George Bush a Saddam Hussein. Mas primeiro, a população quer que as Nações Unidas façam todo o possível para desarmar o presidente iraquiano. O levantamento indicou que a maioria esmagadora dos cidadãos acredita que o Iraque possui armas químicas, biológicas e nucleares e que as usariam nos Estados Unidos. Cerca de 87% dos entrevistados dizem que um ataque seria justificado, caso fossem encontradas armas de destruição em massa e Hussein se recusasse a destruí-las. O apoio do povo às decisões do presidente Bush continua alto. Cerca de 65% aprovam o trabalho que ele vem fazendo. Para o cientista político da Universidade Emory, Merle Black, "A população não quer recorrer à guerra, mas se for forçada a fazê-lo, apoiará o presidente".

POLÍTICA EDUCACIONAL

Proposta de divisão do MEC provoca polêmica

O Ministério da Educação deveria ser dividido em duas pastas: uma específica para o ensino superior e outra para os outros setores da educação? Ou então, o ensino superior deveria passar para o Ministério de Ciência e Tecnologia? Essas perguntas alimentaram uma polêmica nas últimas semanas sobre a futura política educacional do governo Lula. No centro da polêmica, dois nomes cotados para assumir o MEC: o senador e ex-reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque, e o prefeito de São Carlos, ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos e coordenador do programa de educação de Lula, Newton Lima Neto. Cristovam Buarque propôs a divisão do MEC em dois ministérios: um específico para o ensino superior e outro para os outros setores da Educação; ou, então, a passagem do ensino superior para o ministério de ciência e tecnologia. Newton Lima Neto e a maioria das entidades da comunidade universitária manifestaram-se contra a idéia e Cristovam voltou atrás. Mas quais seriam as implicações de tal proposta?

Em entrevista ao jornal "Folha de São Paulo", o senador Cristovam Buarque afirmou que a mudança traria melhorias à educação, com a responsabilidade se dividindo entre duas pastas. "A economia tem cinco ministérios (Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento, Trabalho e Minas e Energia) e a agricultura tem dois (além do próprio, o da Reforma Agrária). Por que não criar um ministério para o ensino fundamental e outro para as universidades?", questionou. Citou ainda a saída das áreas de esporte e cultura do MEC como exemplos positivos de sua proposta. Com a idéia de divisão do MEC em dois ministérios, Cristovam Buarque também falou da possibilidade de o ensino superior ficar a cargo do ministério da Ciência e Tecnologia. Foi a que mais recebeu opiniões contrárias. "A Ciência e Tecnologia pensa no desenvolvimento do país, na relação com as empresas, no imediato. Não é o ambiente ideal para se colocar a tutela das universidades. Seria um desvio de prioridades. Além do que, as universidades são um sistema enorme e já existe uma desconexão profunda entre o ensino básico, médio e superior. Isso iria se acentuar. Iria desorganizar ainda mais o setor. Sou absolutamente contra", afirmou o professor Nelson do Amaral, especialista em financiamento de universidades e ex-vice reitor da Universidade Federal de Goiás.

A reação da comunidade universitária

A resposta da comunidade universitária não tardou: "Vai existir uma competição, com os dois setores lutando pela mesma verba. Não haverá uma conjunção de esforços", disse o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Mozart Neves. "A nossa tendência é ser contra essa proposta. Educação é educação, deve ter seu ministério próprio. Caso contrário, os dois vão disputar a mesma verba," argumentou Augusto Peta, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes/SN) também posicionou-se contra o desmembramento do MEC. "Acho que o setor não veria com bons olhos a divisão do ministério, pois isso poderia significar uma quebra do processo educativo do país", disse Maria Lia Silva e Reis, 3ª vice-presidente da entidade. "Há instituições de ensino superior que fazem trabalhos de educação básica. Se a prioridade for Educação, não é preciso dois ministérios. Basta pôr fim à carência do ensino superior sem prejudicar a educação básica", acrescentou.

A presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Glaci Zancan, também reiterou a necessidade do diálogo, em nota enviada à equipe de transição do novo governo: "Gostaríamos de externar nossa preocupação face às notícias divulgadas pela imprensa sobre mudanças estruturais nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia, pois consideramos prematura tal iniciativa sem uma discussão ampla com a comunidade científica e acadêmica." O presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), Antônio Carlos Caruso Ronca, foi outro a rejeitar a idéia. Para o dirigente da entidade que reúne 36 universidades católicas, metodistas e PUCs, onde estudam mais de um milhão de estudantes, o desmembramento do MEC não é um tema que deva ser tratado neste momento. "Essa proposta não me parece ser boa, pois isso traria empecilhos para o desenvolvimento da educação no país. Essa não é a solução para o setor".

Diálogo com os servidores públicos federais

Uma mesma preocupação apareceu na manifestação dos dirigentes dessas entidades: o futuro governo deve construir um canal permanente de diálogo com a comunidade universitária. A ausência de um diálogo efetivo com o governo federal foi apontada como um dos principais problemas da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. E já nas primeiras semanas do futuro governo, um problema exigirá essa capacidade de diálogo: a questão do reajuste dos servidores públicos federais. Em recente reunião com representantes de entidades dos SPFs, o líder do PT na Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (SP), descartou a "reposição salarial emergencial" de 25,72% reivindicada pela categoria, alegando não ter "margem de manobra" na proposta orçamentária para 2003 em tramitação no Congresso.

O representante dos professores universitários, Tato Andrade, do Andes/Sindicato Nacional, afirmou por sua vez que os servidores públicos vão continuar lutando pela reposição de 25,72%, considerada emergencial para recuperar perdas salariais passadas. Segundo ele, as perdas acumuladas durante os oito anos do governo FHC foram de aproximadamente 95%. Apesar da posição expressa pelos deputados petistas, os sindicalistas acharam positivo ao menos o reinício de negociações com o partido e a promessa de que haverá negociações da categoria com a equipe de transição do governo Lula.

IFES

Federais podem fechar 2002 em crise

Sem o repasse regular das verbas aprovadas no Orçamento, Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) de todo o Brasil devem fechar o ano de 2002 com dívidas que configuram uma das piores crises dos últimos anos. Em meados de novembro, a UFMG, uma das maiores do País, suspendeu pagamento de serviços essenciais, como energia elétrica, água e telefone devido a um déficit financeiro de aproximadamente R\$ 2,2 milhões. A crise ameaça suspender ainda o serviço de pronto-atendimento do Hospital de Clínicas da UFMG. Meses atrás, a UFRJ chegou a ficar no escuro por falta de pagamento da conta de luz.

Na Ufrgs, a situação não é muito diferente, assegura a pró-reitora de Planejamento e Administração, Maria Alice Lahorgue. "Estamos deixando de pagar vários fornecedores. O ano de 2002 tem sido o mais difícil desde 1998", informa. Estão em atraso as verbas referentes ao duodécimo e à Emenda Andifes. Segundo a pró-reitora, haviam sido repassados, até 22 de novembro, apenas 47% do total de R\$ 68 milhões referentes à Emenda Andifes, um recurso complementar aprovado todos os anos junto com o Orçamento.

Naquela mesma data, as Ifes haviam recebido somente 30% do duodécimo do mês de outubro, quando já estavam vencidas as contas de novembro. A situação, de acordo com Maria Alice, tem tornado quase impossível manter todas as instalações da universidade funcionando neste final de ano. No dia 21 passado, as direções das Ifes receberam comunicado da Andifes sobre o posicionamento do MEC quanto ao atraso na liberação das verbas. De acordo com o documento, o governo se compromete a repassar o restante do duodécimo de outubro em breve e aumentar o limite do decreto 4470, que atualmente é de 40%. Um projeto em tramitação no Congresso Nacional garantiria o remanejamento de parte das verbas dos auxílios creche, transporte e alimentação para o custeio. Para isso precisaria ser aprovado e sancionado até o final do ano. "O que for concretizado depois do dia 15 de dezembro não valerá mais nada", acredita a pró-reitora.

Ela admite que a situação da Ufrgs é um pouco mais confortável do que a da maioria das universidades, mas adverte que sem aprovação e sanção do projeto e a liberação total da Emenda Andifes, a Ufrgs fechará o ano com um déficit aproximado de R\$ 3 milhões, o que acarretaria em sérios problemas financeiros para 2003.

No final de outubro, a coordenadora do Fórum de Pró-rectores de Planejamento e Administração da Andifes, Ilka Maria de Almeida, já alertava para o risco das Ifes terem os serviços essenciais suspensos por falta de pagamento e revelou que está sendo feita uma verdadeira "ginástica" para honrar os compromissos com fornecedores. A escassez de recursos está obrigando a direção das universidades a adotar medidas de economia como restrição no uso de telefone e de aparelhos de ar-condicionado. Faltam desde material de limpeza até medicamentos em hospitais universitários.

Tamanha é a dimensão da crise no final do governo FHC, que o presidente da Andifes, Mozart Neves Ramos, reitor da Universidade Federal de Pernambuco, declarou ao jornal Folha de São Paulo que teme a inviabilização do próximo vestibular. Segundo ele, além das dificuldades orçamentárias, as Ifes têm um desfalque de cerca de cinco mil professores, sete mil técnico-administrativos e 6 mil funcionários nos hospitais universitários.

II FÓRUM MUNDIAL DE JUÍZES

Como a globalização afeta os direitos fundamentais

Porto Alegre sediará, de 20 a 22 de janeiro de 2003, o 2º Fórum Mundial de Juízes. O evento faz parte da programação do Fórum Social Mundial e deverá reunir magistrados de todos os continentes para examinar o atual quadro de democratização e o efetivo acesso dos cidadãos ao Poder Judiciário. Já estão confirmadas as presenças do presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Cláudio Baldino Maciel, do sociólogo português Boaventura de Souza Santos e da juíza da Corte Européia dos Direitos Humanos, a francesa Mireille Delmas-Marty.

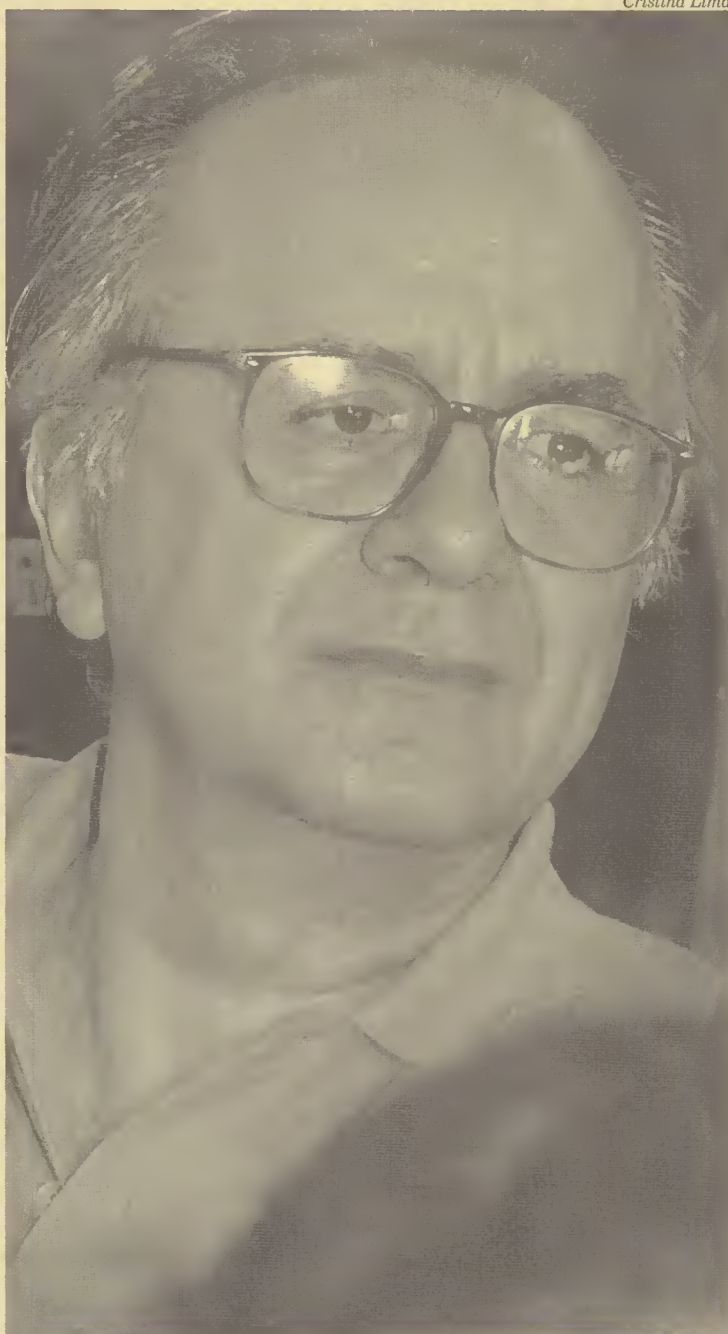
O Fórum é resultado do movimento por um Poder Judiciário mais democrático, iniciado na Espanha, há dez anos, e que culminou na organização da Associação de Juízes para a Democracia no Brasil, entidade idealizadora do evento. Ele pretende ser um mecanismo permanente de debate e aperfeiçoamento das instituições judiciais e um instrumento de denúncia de práticas anti-democráticas e de atentados contra a autonomia e a independência de juízes em todo o mundo. A coordenadora da segunda edição do Fórum é Maria Madalena Telesca, representante da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

O evento foi lançado oficialmente, no dia 25 de novembro, em Porto Alegre, com uma conferência do jurista e cientista político Paulo Bonavides sobre globalização e direitos fundamentais. Crítico ferrenho do atual modelo de globalização, Bonavides citou a Amazônia como exemplo das ameaças que ele traz à soberania nacional e à integridade dos povos. Qualificando a região como um dos pontos mais cruciais para o nosso futuro e como o “coração da unidade nacional”, Bonavides alertou que pesam sobre ela ameaças dissimuladas que poderão representar o “confisco da maior reserva de riqueza nacional de que dispomos”.

Segundo o professor da Faculdade de Direito do Ceará, as ameaças não se restringem à Amazônia: “Tanto na região amazônica como na região meridional do país, considero de extrema importância manter a consciência e o sentimento de defesa da nossa integridade, que está claramente ameaçada. Em verdade, hoje está dominante nas relações internacionais, por obra do neoliberalismo e da globalização, um novo princípio atroz e funesto para a conservação das soberanias nacionais, em seu modelo clássico. Vivemos abaixo da ameaça de vermos a soberania das nações substituída pela soberania dos mercados e das finanças. Esse é um ponto delicadíssimo para a conservação da independência nacional”, disse Bonavides aos jornalistas.

“Não há uma só globalização”

As relações entre a globalização e os direitos fundamentais são um tema caro ao jurista que vem denunciando há anos a perda da soberania do Estado e o processo de desnacionalização patrocinado pelas políticas neoliberais. Segundo ele, o modelo de globalização inspirado no neoliberalismo e no chamado Consenso de Washington é perverso e não traduz a verdade do que ocorre pelo mundo. Na verdade, observou Bonavides, não há uma globalização, mas sim muitas globalizações em curso. “Só pode se falar de uma única globalização por uma impostura de linguagem e de conceito. Houve, e há, globalizações de naturezas distintas. O



Cristina Lima

Boaventura de Souza Santos participará do Fórum Mundial de Juízes

que devemos buscar é a globalização da democracia e dos direitos fundamentais, e, por consequência, a sua universalidade.”

Para o jurista, a reflexão sobre a natureza do atual processo de globalização deve ser estimulada. “Devemos globalizar o que exatamente?”, perguntou. “A dominação de uma única superpotência ou de um grupo de superpotências? Não. Devemos globalizar no interesse da humanidade, da fraternidade e dos povos. Essa é a globalização tão necessária e de que nos sentimos tão carentes: a globalização dos direitos fundamentais e da democracia”, respondeu. Bonavides lembrou que essa pauta está colocada desde a Revolução Francesa, cujo lema era “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Nesse lema, acrescentou, já estava implicitamente teorizada toda a evolução dos direitos fundamentais no sentido da sua concretização e da sua formulação. “Como direitos humanos, expressão clássica usada na época, no século XVIII, esses direitos, à medida que se foram positivando, passaram no vocabulário constitucional contemporâneo a se denominar direitos fundamentais, quer dizer, direitos que estão na base das constituições”.

A evolução dos direitos

O processo de positivação desses direitos nos três últimos séculos, observou ainda o jurista, foi lento, mas progressivo, sendo atravessado por lutas sociais e revoluções. “Esses direitos humanos se fundamentaram, primeiro, no constitucionalismo, como direitos civis e políticos (direitos de primeira geração). Para fazer a concretização desses direitos, houve processos revolucionários ativos e terríveis para o ponto de vista da manutenção dos estamentos privilegiados, mas esplêndidos para aqueles que, sendo oprimidos, queriam ser cidadãos. Esse processo foi progressivo e lento. Para chegarmos até onde estamos hoje, ocorreram muitas lutas de teor revolucionário. E não estamos hoje em uma fase terminal. Pelo contrário, estamos numa fase de muita luta para a efetiva concretização desses direitos”, observou. Para Bonavides, eventos como o Fórum Social Mundial e o Fórum Mundial de Juízes podem contribuir poderosamente para a concretização desses direitos humanos como direitos fundamentais. Segundo ele, estamos vivendo um processo social e político que requer ainda “muita luta, muito sacrifício e muita disposição libertária dos povos atingidos”.

O século XXI, seguindo a análise de Bonavides, deve ser o século da democracia participativa. Ele explica: “não estamos satisfeitos com a implantação dos direitos individuais e sociais; queremos que os direitos se universalizem, queremos que os direitos sejam direitos fundamentais dos povos (direitos de terceira geração) e direitos da espécie humana na sua titularidade (direitos de quarta geração). Se tivéssemos, com os direitos individuais, a titularidade do indivíduo, com os direitos sociais, a titularidade dos grupos, com os direitos da terceira geração (direito ao desenvolvimento), a titularidade dos povos, queremos uma quarta geração de direitos, entre eles a democracia, cuja titularidade seja do gênero humano, da humanidade”. Para Bonavides, fóruns como o de Porto Alegre têm uma importância capital para a positivação desses direitos. Reforçando essa idéia, o jurista citou uma declaração feita recentemente pelo professor Friederich Müller, que esteve lecionando durante quatro semanas em Fortaleza.

Segundo Müller, Porto Alegre hoje é uma referência mundial, tão importante quanto foram Seattle e Gênova para a concretização desses direitos da quarta geração.

A democracia como direito

Bonavides vem trabalhando, em suas obras, a concepção da democracia como um direito de quarta geração e não apenas como uma forma de governo. “A democracia é mais do que uma mera forma de governo. Ela é, qualitativamente, um valor superior e supremo para a convivência humana. O titular desse direito é o gênero humano, a humanidade”. Para ele, o atual processo de globalização, dominado pelos mercados financeiros, representa uma ameaça para a concretização desse direito e para a preservação dos demais. Perguntado sobre quais os direitos que estariam sendo mais desrespeitados no mundo hoje, sua resposta foi rápida: “Todos eles”. Citou o caso da África, como exemplo de uma região do mundo onde sequer os direitos de primeira geração são respeitados. “A África é um continente que merece mais respeito por parte desse bloco de nações do chamado Primeiro Mundo. Os africanos são hoje, sem dúvida, o povo mais oprimido do planeta”.

FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

Governo propõe mudanças no Fies

Dados tabulados com base nas Pnads (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio), do IBGE, apontam que, quando se avalia a presença dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres, a elitização do ensino superior fica bastante evidente. Os 20% mais ricos aumentaram sua participação no ensino superior de 67,1% para 70,7%; os 20% mais pobres caíram de 1,3% para 0,9%. Este fenômeno aconteceu no mesmo período em que o número de estudantes no nível superior teve aumento de 76,2%, passando de 1,433 milhão para 2,525 milhões. Esta realidade se deve, essencialmente, à impossibilidade do estudante e sua família custearem a mensalidade do ensino privado, já que as vagas do público são restritas. O tema do crédito educativo pode não atingir diretamente a Universidade Federal, mas chega até quem luta pelo ensino público gratuito e de qualidade. Aqueles que não têm a chance de ingressar na Ufrgs partem para as tantas universidades e faculdades particulares. E daí vem a dificuldade de pagar cursos que podem custar verdadeiras fortunas. O último recurso acaba sendo recorrer a um financiamento.

O Programa de Financiamento Estudantil, Fies, promovido pelo MEC e pela Caixa Econômica Federal, financia em torno de 183 mil estudantes. No Brasil inteiro, vários alunos egressos tanto do ensino médio público, quanto do particular, não têm poder aquisitivo para cobrir os custos de uma faculdade particular. Os estudantes selecionados pelo Fies podem financiar até 70% do valor da mensalidade cobrada pela instituição de ensino. A taxa de juros é determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para os contratos assinados no segundo semestre de 2002, a taxa será de 9% ao ano (que equivale a 0,72073% ao mês), permanecendo

fixa por todo o período de vigência do financiamento. Estes juros são capitalizados mensalmente e, durante o curso, abatidos a cada três meses em parcelas de até R\$ 50,00. No primeiro ano após a formatura, o estudante paga ao Fies o valor equivalente à parcela não-financiada de sua última mensalidade, assim, caso o aluno tenha financiado 70%, pagará 30%. O saldo devedor restante será parcelado em até uma vez e meia o tempo do financiamento. É exigida a apresentação de pelo menos um fiador com idoneidade cadastral.

Dos candidatos ao crédito educativo, 57% têm renda de até um salário mínimo. O problema começa já no momento em que o aluno se vê obrigado a ter um fiador. A exigência atrapalha o estudante carente, que, em tese, seria o principal beneficiado. Até a Caixa Econômica Federal, que libera a verba para o programa do MEC, reconhece que tal exigência é um problema. Tanto é que no primeiro semestre deste ano nem o reduzido número

de 40 mil financiamentos oferecidos foi preenchido.

O Fies foi criado em 1998 para substituir o Creduc, cujo principal problema era a alta taxa de inadimplência, que chegou a 70%. Em relação ao antigo programa de Crédito Educativo, o MEC diz que a inadimplência do Fies é baixa. Ainda assim, é bastante difícil para o estudante recém formado quitar o financiamento. Uma hipótese: um estudante de jornalismo consegue ser selecionado no processo conduzido pelo MEC e tem 70% da mensalidade financiada. Na Pontifícia Universidade Católica do Estado, a mensalidade deste curso fica em R\$ 691,24. Depois de formado, o aluno pagaria, mensalmente, R\$ 483,00 (correspondentes aos 70% financiados), além de um pouco mais de dez reais de juros por mês. Levando-se em conta que o piso salarial de um jornalista no Rio Grande do Sul é de R\$ 822,93, o aluno comprometeria mais da metade de sua renda no pagamento do crédito educativo.

MEC aplicou menos de R\$ 180 milhões

No ano de 2000, o Ministério da Educação aplicou menos de R\$ 180 milhões no Fies. Este montante correspondia a apenas 22,45% do total de recursos previsto no Orçamento Geral da União para 2000, aprovado pelo Congresso Nacional. A previsão inicial, que reforçava a propaganda do governo, previa o emprego de quase R\$ 800 milhões no Fies. Os dados do programa foram revelados pelo levantamento realizado pelo deputado Agnelo Queiróz (PT-DF), com base nos números do sistema informatizado de acompanhamento de gastos do governo.

Para que se tenha uma idéia, segundo o MEC, no Es-

tado de São Paulo houve aumento de 71% no número de concluintes do ensino médio entre 1995 e 2000, em escolas públicas e privadas. Mas, no mesmo período, o crescimento das matrículas no ensino superior privado paulista foi de pouco mais de 40%. E, no país, das 970.655 vagas oferecidas por universidades e faculdades particulares, 306.181 não foram preenchidas. Isto quer dizer que, de 100 vagas dessas instituições privadas, 31,5 não são ocupadas. É um argumento a mais para estudantes comprovadamente carentes que não conseguem ser contemplados pelo Fies.

ÉTICA PÚBLICA

Investigada ida de Pedro Parente para a RBS

A Comissão de Ética Pública, integrada por seis conselheiros nomeados diretamente pelo presidente da República, decidiu investigar o caso da contratação do ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, para o cargo de vice-presidente executivo da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS). A comissão decidiu reexaminar o caso após a publicação de uma notícia no site da Agência Carta Maior sobre a suposta participação do ministro na elaboração da Medida Provisória 70, que alterou as regras de controle das empresas de radiodifusão. Segundo especialistas da área, a MP pode favorecer os grupos que concentram muitas concessões de radiodifusão, como é o caso da RBS.

Inicialmente prevista para o dia 5 de dezembro, a decisão da Comissão foi antecipada. No dia 29 de novembro, foi confirmada a liberação de Parente para trabalhar na RBS.

O argumento utilizado para a liberação de Parente foi o de que ele não teve qualquer participação na elaboração da MP 70. Atualmente, 52 funcionários do primeiro escalão do governo federal estão sujeitos à quarentena, quando ficam impedidos de assumir emprego no setor

privado por 120 dias, a partir da exoneração do cargo público. Como vice-presidente executivo, Parente será responsável pela gestão e operação de todas as empresas do grupo RBS – seis jornais, 24 emissoras de rádio e 17 emissoras de TV.

A polêmica MP 70

A matéria publicada pela Agência Carta Maior, no dia 9 de novembro, reconstituiu a gênese da MP 70, a partir de um levantamento realizado pelo site AcessoCom, especializado na área de mídia. Segundo essa fonte, o texto que regulamenta o tema foi enviado à Casa Civil sob a forma de anteprojeto de lei. Entrou como anteprojeto e saiu como medida provisória com um novo artigo, que flexibilizou o limite de propriedade de emissoras de rádio e TV, beneficiando diretamente grupos empresariais de mídia como a RBS. O grupo midiático gaúcho, de propriedade da família Sirotsky, é uma das empresas de mídia que controla, por meio de seus acionistas, o maior número de concessões em um mesmo Estado.

O serviço de notícias "Teletime News", especializado em negócios de mídia, afirmou que o gabinete da Casa Civil partici-

pou da formatação da MP 70, editada em 1º de outubro. Conforme essa fonte, após ser alterada na Casa Civil, a MP recebeu um novo artigo estabelecendo que "participações de até 20% de capital (não havendo participação em conselho e diretoria) não estão sujeitas aos limites impostos pelo Decreto 236/67 para o total de outorgas de radiodifusão (no máximo duas em cada Estado, por grupo, até o limite de cinco outorgas de VHF)". Esse artigo possibilitaria que fundos de investimento e de pensão, nacionais ou estrangeiros, adquirissem qualquer quantidade de emissoras de rádio ou TV, respeitado o limite de participação acionária. A ausência de restrições quanto à quantidade de emissoras em um mesmo Estado poderia beneficiar a RBS.

No dia 27 de novembro, a Câmara dos Deputados aprovou a MP 70, regulamentando a participação, em até 30% de capital estrangeiro em jornais, revistas e emissoras de rádio e TV. No entanto, foi retirado da MP o artigo mais polêmico, que permitia a um acionista ser proprietário de um número ilimitado de concessões de rádio e TV em uma mesma localidade.

O presidente da Comissão de Ética Pú-

blica, João Geraldo Piquet Carneiro, enviou ofício ao ministro das Comunicações, Juarez Quadros, perguntando se Parente participou da elaboração da medida provisória 70, que alterou as regras de controle das empresas de radiodifusão.

As perguntas da Comissão

O ofício encaminhado pela Comissão de Ética Pública ao ministro das Comunicações contém as seguintes perguntas:

- 1) Que área do governo tomou a iniciativa de propor a MP 70?
- 2) A RBS encontra-se entre as empresas efetiva ou potencialmente afetadas pela MP?
- 3) Quem participou da elaboração e discussão da proposta até sua definitiva aprovação pelo presidente da República?
- 4) Qual o papel específico desempenhado pelo ministro Pedro Parente no processo de discussão e aprovação da MP 70?

As mesmas perguntas foram encaminhadas à Secretaria Geral da Presidência da República. Liberado da quarentena, Parente começará a trabalhar na RBS no dia 1 de fevereiro de 2003.

ADUFRGS

Professores escolhem nova diretoria

Os docentes da Ufrgs vão às urnas dias 12 e 13 para escolher a nova diretoria da Adufrgs e os integrantes do Conselho de Representantes. Renovarão o espírito democrático da entidade, fundada em 1978, em plena ditadura militar, como espaço de debate e de construção da democracia brasileira.

Jéferson Assunção

As eleições da Adufrgs deverão confirmar a boa participação de docentes na escolha tanto da direção quanto do Conselho de Representantes. Esta é a opinião do atual presidente da entidade, Rubens Weyne, que acredita num pleito “extremamente disputado e politizado”. E tem razões para isso. Não são todas as Ads que conseguem o nível de participação da Adufrgs em suas eleições. No Brasil afora, segundo Weyne, é baixo o índice de quem comparece às urnas. Chega ao ponto de algumas entidades não conseguirem sequer formar chapa para concorrer. Na avaliação de Weyne, isso se deve a políticas equivocadas que têm afastado os professores dos sindicatos.

Seja qual for a chapa vencedora (duas chapas haviam sido inscritas até o fechamento desta edição), ela terá dois grandes desafios pela frente. Um, nacional, de negociação com o próximo governo. Será uma batalha a ser enfrentada perante políticas que até agora não estão claras para o ensino superior. A questão do financiamento é uma delas. Por enquanto, o novo governo não esclareceu como vai tratar da sustentação, contratação e expansão do ensino. E todas as políticas anunciadas até o momento têm privilegiado o setor privado. É o caso da questão do Financiamento Estudantil, que tem proposta de ampliação.

Outra questão polêmica, na opinião de Weyne, é a possibilidade de vinculação do ensino superior ao de Ciência e Tecnologia, ou mesmo a criação de um ministério do Ensino Superior (leia matéria na página 3). Essas propostas ainda não foram devidamente tratadas com a comunidade universitária. “A indefinição em relação a mais este assunto também preocupa, afinal, fora do âmbito do MEC, as universidades sairiam do orçamento constitucional para a educação”, diz o presidente. Do lado da Andifes, alguns reitores estão falando em certo benefício para as universidades, que na Ciência e Tecnologia ficariam mais próximas dos fundos setoriais. “Mas isso poderia gerar uma brutal disputa por dinheiro entre as universidades”, aponta Rubens. Além desses desafios externos, a nova direção terá que resolver questões internas da Ufrgs. Ainda não há consenso sobre pagamento dos cursos de pós-graduação, prestação de serviços e outros. A nova direção passará ainda por uma sucessão na reitoria.

A avaliação que faz sobre o período em que ficou na presidência da Adufrgs é de que foi “extremamente positiva, se pensarmos que, no período tivemos duas greves, uma em que a Ufrgs não aderiu e outra bastante longa”. Também foi possível avançar em algumas discussões internas e externas, com um crescimento na articulação dos movimentos sociais, possibilitado, principalmente pela nova forma de organização em torno do Fórum Social Mundial. “Nossa participação tanto no FSM quanto no FME foi muito positiva, com engajamento muito grande e tratando de questões importantes e polêmicas como a da Colômbia”, destaca. No próximo Fórum, em janeiro, a participação da Adufrgs será ainda maior, com 14 oficinas propostas.

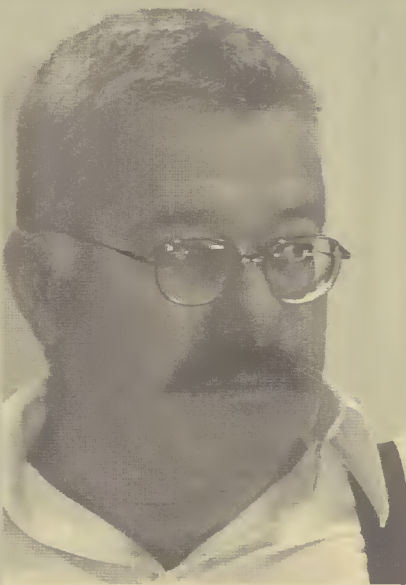
“Só há universidade pública porque existem os sindicatos”

Ex-presidente da Adufrgs, Carlos Schmidt destaca que as eleições da Adufrgs são importantes, em primeiro lugar, por estarem relacionadas ao papel dos sindicatos na defesa da universidade pública. “A universidade pública só existe enquanto tal porque existem sindicatos de professores, nacional e regionais”, afirma. No aspecto mais conjuntural, destaca o momento pelo qual passa o país, com a eleição de Lula. É fundamental para os professores e para a universidade pensar como será a relação com o próximo presidente. Ao que tudo indica, haverá uma mudança qualitativa das relações com o Estado e, se a atitude dos docentes era defensiva em relação a outros governos, desta vez deverá ser de diálogo, mesmo que guardada a ressalva da independência do papel dos sindicatos. “Temos a oportunidade de construir a universidade que queremos, tratando das questões de financiamento, autonomia etc. Tudo isso tem a ver com o que construímos como sindicato, também”, explica.

Schmidt acredita que a universidade pública entra em uma outra etapa a partir do governo Lula, o que pressupõe também um outro tipo de comportamento por parte dos sindicatos. “Não está descartada a pressão, mas temos que ter em conta que não há contradição fundamental entre o que queremos e o que o governo pretende fazer. Este é o principal desafio da nova direção da entidade. Por isso, a importância dessas eleições, em que se escolherá as pessoas que vão conduzir a Adufrgs frente a essas questões”, fala.

Também ex-presidente da entidade, o pró-reitor de Recursos Humanos da Ufrgs Sergio Nicolaiewski lembra que toda a eleição numa entidade é uma

oportunidade de contato maior da diretoria com todos os associados. “É a grande oportunidade dos associados expressarem seus anseios e vontades e de fazer uma oxigenação dos assuntos da categoria. Afinal, uma série de assuntos ganham destaque que no dia-a-dia passam despercebidos”. Nicolaiewski lembra que a Adufrgs, assim como a grande maioria das Associações de Docentes e o próprio Sindicato Nacional (Andes), foi criada durante a ditadura militar. Eram a forma que aqueles que não concordavam com o regime tinham de protestar. O sindicato era espaço para tratar das causas que interessavam aos professores, ao longo daquele período, o que caracterizou estes espaços como uma tribuna dos interesses e da defesa da universidade pública e gratuita. A democratização, conforme Nicolaiewski, tirou essa necessidade. A trincheira de luta passou a ser dispensável, já que, agora, se podia protestar a qualquer hora. “A questão é que, à medida que a democracia se fortalece, e com a categoria se reunindo apenas uma vez por ano para lutar por reajuste ou melhores condições de trabalho, é muito possível que o sindicato e as demais organizações não tenham um tempo de vida muito longo”, alerta. Os professores deveriam conseguir se organizar não apenas contra as adversidades, segundo o pró-reitor, afinal, a categoria tem muito o que contribuir não apenas para a melhoria de seus próprios salários, mas também para pensar a educação e o próprio País. “Não podemos ficar cada um na sua sala. Essa contribuição que damos, que é grande em conjunto, é muito pequena perto do que se pode dar agindo em seu sindicato”, reclama.



“Temos a oportunidade de construir a universidade que queremos, tratando das questões de financiamento, autonomia etc. Tudo isso tem a ver com o que construímos como sindicato, também”

Carlos Schmidt



“Não podemos ficar cada um na sua sala. Essa contribuição que damos, que é grande em conjunto, é muito pequena perto do que se pode dar agindo em seu sindicato”

Sergio Nicolaiewski



“Nossa participação tanto no FSM quanto no FME foi extremamente positiva, com engajamento muito grande e tratando de questões importantes e polêmicas como a da Colômbia”

Rubens Weyne

Fotos Cristina Lima



“Não só colegas, mas companheiros de luta”

Os professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que vão às urnas dias 12 e 13 para a escolha da nova diretoria, têm sua entidade desde a ditadura militar. Foi em 1978 que um grupo de docentes resolveu fundar a Associação dos Docentes da Ufrgs (Adufrgs). Era uma expressão do engajamento dos professores na luta pelo fim da ditadura militar. O objetivo principal? Opor-se ao obscurantismo que imperava na vida acadêmica de então. Democracia e Adufrgs, portanto, estão ligados desde a origem da associação, afinal é a afirmação democrática o norte para o qual Adufrgs e o movimento docente de forma geral têm se movido até hoje.

Foi um pouco mais tarde que se firmou o caráter sindical da entidade, quando a Adufrgs teve possibilidade de desenvolver instrumentos legais e jurídicos para defender os interesses profissionais dos docentes. Dessa forma, a associação passou também a estreitar

laços de identidade com as demais categorias de trabalhadores. Junto, veio a luta, com outros trabalhadores, pela resistência às políticas neoliberais e pela construção de alternativas com grandes movimentos como o Fórum Social Mundial.

Pelo caráter de sua origem, a posição da Adufrgs, conforme suas 12 diretorias, desde 1978 até a atual, sempre foi a de cobrar dos dirigentes universitários a ousadia que a Universidade exige, na perspectiva de que o futuro da Universidade Pública depende das respostas que a comunidade acadêmica for capaz de formular aos novos desafios. É esse mesmo espírito que anima as atuais eleições da entidade, reforçando a idéia da entidade de que os professores da Ufrgs não são apenas colegas de trabalho, mas também companheiros de luta. Para resgatar um pouco desta história, leia a seguir a nominata de todas as diretorias que a Adufrgs já teve.

DIRETORIAS

Gestão Provisória 1978

Presidente: José Fraga Fachel
Vice Manoel André da Rocha
2º Vice: Aron Taitelbaum
1º Secretário: Carlos Schmidt
2º Secretária: Lorena Holzmänn da Silva
1º Tesoureiro: Lívio Amaral
2º Tesoureiro: Maria Noemi Castilhos Britto
1º Suplente: Luiz Fernando Carvalho Bacrocha
2º Suplente: Luiz Alberto Oliveira R. Miranda

Gestão 1979 a 1981

Presidente: Rejane Machado Carrion
Vice José Vicente Tavares dos Santos
2º Vice: Luiz Alberto Oliveira R. Miranda
1º Secretária: Isaura Belloni Schmidt
2º Secretária: Elvan Silva
1º Tesoureiro: Lorena Holzmänn da Silva
2º Tesoureiro: Luiz Carlos Borghetti
1º Suplente: Ligia Morrone Averbuck
2º Suplente: Antonio de Pádua Souza de Salles

Gestão 1981 a 1983

Presidente: Maria Assunta Campilongo
Vice Luís Carlos Pinheiro Machado
2º Vice: Aron Taitelbaum
1º Secretária: Elisabeth Otero
2º Secretária: Elina Caramão
1º Tesoureiro: Adriano Bicca
2º Tesoureiro: Aldo Lucion
1º Suplente: Carlos Schmidt
2º Suplente: Robert Ponge

Gestão 1983 a 1985

Presidente: Flávio Coulon
Vice Cláudio Scherer
2º Vice: Demétrio Ribeiro
1º Secretário: César Augusto Zen Vasconcellos
2º Secretária: Sílvia Guimarães de Souza
1º Tesoureiro: Fernando Lautert
2º Tesoureiro: Carlos Antônio de Rocchi
1º Suplente: Luiz Calvete Correa
2º Suplente: Telmo Pires Mota

Gestão 1985 a 1987

Presidente: Cláudio Scherer
Vice Merion de Campos Bordas
2º Vice: Israel Jacob Rabim Baumvol
1º Secretário: Aron Taitelbaum
2º Secretário: Paulo Coimbra Guedes
1º Tesoureiro: Alejandro Borche Casalas
2º Tesoureiro: Jorge Artur Visintainer
1º Suplente: Nilton Bueno Fisher
2º Suplente: Bazílicia Catharina de Souza

Gestão 1987 a 1989

Presidente: Sergio Nicolaiewski
Vice Renato de Oliveira
2º Vice: Antônio Cláudio Nunez
1º Secretária: Leda Carmen Wulff Gobetti
2º Secretária: Marta Julia Lopes
1º Tesoureiro: Darci Barnech Campani
2º Tesoureiro: Joacir Thadeu Nascimento Medeiros
1º Suplente: Adroaldo Cezar Araújo Gaya
2º Suplente: Rosemari Teresinha de Oliveira

Gestão 1989 a 1991

Presidente: Sergio Nicolaiewski
Vice Leda Carmen Wulff Gobetti
2º Vice: Joacir Thadeu Nascimento Medeiros
1º Secretária: Ana Maria e Souza Braga
2º Secretária: Maria Adelia Pinhal de Carlos
1º Tesoureiro: Tiago Josué Martins Simões
2º Tesoureiro: Ronaldo Bordin
1º Suplente: Fernando Molinos Pires Filho
2º Suplente: Mario Roberto Generosi Brauner

Gestão 1992 a 1994

Presidente: Fernando Molinos Pires Filho
Vice Marilene Schmarczek
2º Vice: Cesar Augusto Zen Vasconcellos
1º Secretário: Fábio de Lima Beck
2º Secretária: Neuza Maria Nogueira Tartaglia
1º Tesoureiro: Maria Adelia Pinhal de Carlos
2º Tesoureiro: Leda Carmen Wulff Gobetti
1º Suplente: Raul Dorfman
2º Suplente: Ana Maria e Souza Braga

Gestão 1994 a 1996

Presidente: Renato de Oliveira
Vice Maria Adelia Pinhal de Carlos
2º Vice: Fernando Rosa do Nascimento
1º Secretário: Cirio Simon
2º Secretária: Leda Carmen Wulff Gobetti
1º Tesoureiro: Vanderlei Carraro
2º Tesoureiro: Luiz Alberto Oliveira Ribeiro de Miranda
1º Suplente: Jorge Ricardo Ducati
2º Suplente: Aron Taitelbaum

Gestão 1996 a 1998

Presidente: Renato de Oliveira
Vice Carlos Schmidt
2º Vice: Lúcio Hagemann
1º Secretária: Eloina Prati dos Santos
2º Secretário: Jorge Ducati
1º Tesoureiro: Mário Brauner
2º Tesoureiro: João Vicente Silva Souza
1º Suplente: Benedito Tadeu César
2º Suplente: Ricardo Jacobi

Gestão 1998

Presidente: Carlos Schmidt
Vice Lúcio Hagemann
2º Vice: Elisabete Búriga
1º Secretária: Regina Rigatto Witt
2º Secretária: Daniela Marzola Fialho
1º Tesoureiro: Edson Lindner
2º Tesoureiro: Mário Brauner
1º Suplente: Rubens Weyne
2º Suplente: Jaqueline Moll

Gestão 2000

Presidente: Rubens Weyne
Vice Marilene Schmarczek
2º Vice: Félix González
1º Secretário: Mário Wrege
2º Secretária: Daniela Marzola Fialho
1º Tesoureiro: Edson Lindner
2º Tesoureiro: Vanderlei Carraro
1º Suplente: Tatiana Montanari
2º Suplente: Carmem Lucia Machado

GLOBALIZAÇÃO

Nos últimos 20 anos, depois de um “círculo virtuoso” de felicidade geral, multiplicaram-se as crises – crise de crescimento, crise cambial, crise da chamada “nova economia” etc... Mas a crise não é conjuntural: é do próprio sistema

A crise vem de tão longe...



René Passet*

Tudo começara tão bem! Estávamos no limiar da década de 80 e nascia um outro mundo. Aplicando os dez

mandamentos do “Consenso de Washington¹”, Ronald Reagan e Margaret Thatcher haviam conduzido seus povos até as margens da terra prometida. Os profetas rejubilavam: para o velho Friedrich Hayek, a derrota do Estado permitiria superar de vez A Rota da Servidão; segundo Milton Friedman, a livre circulação de capitais associada à flutuação cambial seria a garantia de estabilidade das economias. E Francis Fukuyama via o fim da história da humanidade, que daria lugar ao “reino do cálculo econômico e da busca infinita por soluções técnicas”. Em uma palavra, era a felicidade. Fechava-se um novo “círculo virtuoso”: as pessoas detinham em mãos um patrimônio de ações cujo valor no mercado de capitais subia no mesmo ritmo em que subiam as esperanças depositadas num futuro de novas tecnologias, provocando um “efeito de riqueza” que estimularia o consumo doméstico que, por sua vez, incentivaria a atividade econômica, que faria subir a cotação das ações, que estimularia a demanda etc. E, antes mesmo que registrassem seu primeiro dólar de lucro, empresas como a Amazon.com ou a AOL viram a cotação de suas ações na Bolsa superar as da Texaco e da General Motors...

Uma capacidade de reação espantosa

No entanto, à força de serem sopradas, essas bexigas acabam estourando e revelando seu conteúdo de vento. Os primeiros abalos no mercado de capitais produziram-se no setor de novas tecnologias: de março de 2000 a março de 2001, a Nasdaq perdeu 62% de seu valor. Em seguida, o processo de ruptura estendeu-se aos valores tradicionais: em dois anos (de março de 2000 a março de 2002), o SP500 – índice das 500 empresas norte-americanas de maior valor na Bolsa, em Wall Street – caiu 50%, enquanto o CAC 40 – índice das 40 maiores empresas na Bolsa de Paris – e o Eurostoxx – as 50 principais empresas européias – registravam ambos uma queda de 30%. Mas a economia real parecia resistir. Apesar da queda do patrimônio na Bolsa, o consumo e os investimentos vinham se mantendo. De maneira muito rápida, após os atentados de 11 de se-

tembro, o aparelho produtivo norte-americano demonstrou uma capacidade de reação espantosa: para surpresa geral, o último trimestre de 2001 registrou uma alta de 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em ritmo anual; a partir de janeiro de 2002, o desemprego recomeçou a recuar e os salários a aumentar. No dia 7 de março de 2002, menos de três meses após a estrondosa falência da prestadora de serviços de energia Enron, o presidente do Banco Central (Federal Reserve), Alan Greenspan, demonstrava otimismo: “O crescimento foi retomado”, disse. Mais tarde, soube-se que a realidade não era tão brilhante. Segundo o Departamento do Comércio, o PIB norte-americano cresceu apenas 0,3% em 2001, ao invés do 1,2% previsto. Também para 2002, espera-se um ritmo lento.

Confiança no mercado foi abalada

Isso porque a onda de choque se propagou a outras empresas, como, por exemplo, o escritório de consultoria Andersen – cúmplice da Enron –, o grupo Xerox, o conglomerado Tycon, o gigante de telecomunicações WorldCom, o Merrill Lynch – principal banco de investimentos do mundo e também comprometido com a Enron –, a Vivendi Universal, na França... Esses casos revelaram práticas sinistras: contabilidade fraudulenta, cumplicidade, fusões delirantes, remunerações desproporcionais dos diretores, stock options² concedidas imediatamente antes que o desmontamento da empresa engolis-se a poupança salarial dos empregados, relações dúbias com o poder – que teve sua campanha eleitoral financiada por firmas como a Enron. Bem longe, portanto, das regras de transparência e integridade que deveriam

garantir a credibilidade dos mercados financeiros. Quando o presidente George W. Bush e seu vice-presidente Richard Cheney tentaram tranquilizar a opinião pública, os amigos da onça disseram que, agora, eles condenavam práticas que eles próprios adotavam na época da Harken Energy Corporation e da Halliburton³. A confiança fora abalada. A etapa era decisiva: “A falsificação e a fraude”, disse Alan Greenspan, “destroem o capitalismo e a liberdade do mercado e, de forma mais abrangente, as próprias bases da nossa sociedade.” De fato, o índice de confiança dos consumidores divulgado em julho pelo instituto Conference Board assinalava uma regressão de 9,2%; quanto aos investimentos – como destacou um especialista famoso –, “a confiança das pessoas no mercado de capitais foi abalada. Levará anos até que seja retomada”. É o terremoto. Da economia real, a crise passa para o mercado de capitais para tornar a voltar, via a erosão do patrimônio e do mercado de ações, à mesma economia real cuja depressão já repica nos valores da Bolsa etc... Nos Estados Unidos, como na Europa, o crescimento tem seus índices reavaliados para baixo, as medidas de demissão multiplicam-se e, de sobressalto em sobressalto, prossegue o descalabro do mercado de capitais.

Algumas goteiras a vedar...

Como é necessário tranquilizar todo mundo tranquilizando-se a si próprias, as autoridades denunciam, inicialmente, aquilo que não questiona a lógica do sistema: - as taxas de juros: muito baixas nos Estados Unidos, onde, após onze quedas consecutivas, o Federal Reserve perdeu qualquer possibilidade de margem de manobra suplementar; muito elevadas na Europa, onde o Banco Central, ofuscado por sua missão de lutar contra a inflação, negligenciou o crescimento; - o comportamento incerto dos dirigentes empresariais, responsáveis pela corrupção: “Se contornarmos o problema dos dirigentes empresariais”, afirmou Greenspan, “os outros problemas irão desaparecer.” E o presidente dos Estados Unidos anunciou “uma nova ética que aumentará a confiança dos



Mario Guerreiro

investidores, tornará os empregados orgulhosos das empresas em que trabalham e devolverá a confiança ao povo norte-americano". Por que será que os cétricos incorrigíveis ficam debochando? - as disfunções do sistema: falta de transparência dos mercados financeiros, dependência dos membros dos conselhos administrativos em relação às atividades que supervisionam, multiplicidade de sistemas contábeis, sobreposição de interesses entre as empresas de auditoria e as empresas que supostamente fiscalizam, fragilidade das autoridades fiscalizadoras do mercado de capitais (a SEC, nos Estados Unidos, a COB, na França)... Algumas ovelhas negras a eliminar, algumas goteiras a vedar... e a situação ficará sob controle.

Contradições do próprio crescimento

Contudo, a evolução dos acontecimentos convide-nos a um pouco mais de curiosidade. Primeiramente, nos leva a perguntar se a corrupção e a fraude - tão rapidamente denunciadas como disfunções - não seriam, talvez, a consequência normal de um sistema em que o dinheiro se tornou o valor supremo. Não seria a sede de resultados das instituições financeiras (os 15% de rendimento de capitais limpos) que incitaria as empresas a incentivar o "crescimento externo" por meio dessas fusões gigantes que tantas vezes não dão certo? Não seria porque o refinanciamento das empresas está vinculado à evolução do valor de suas ações na Bolsa - que, por sua vez, está subordinado ao desempenho da empresa a curto prazo - que a contabilidade é falsificada? A importância desproporcional assumida pelas stock options na remuneração dos diretores não constituiria, em alguns casos, um motivo suplementar para ceder à tentação de falsificações que incham seus patrimônios pessoais? Em segundo lugar, surgem contradições no próprio centro dos mecanismos do crescimento. Este baseia-se, sem dúvida alguma, na sólida base de um avanço considerável dos Estados Unidos na área das tecnologias do imaterial. Mas a repercussão delirante que vem sendo atribuída aos valores tecnológicos decorre, antes de tudo, de uma liberalização extrema que dá ampla liberdade aos movimentos de especulação. Quando a bolha incha, as empresas pegam empréstimos para investir; quando estoura, sobram as dívidas... que nada têm de virtual.

As exigências da mutação tecnológica

Não é saudável que as empresas sejam levadas a readquirir suas próprias ações para segurar sua cotação. E o endividamento dos acionistas particulares - que sustenta o consumo - não pode persistir por tempo indefinido. André Gorz demonstra que mesmo que o índice de endividamento dos acionistas particulares norte-americanos caísse de 4% para 2,5% ao ano, o serviço dessa dívida absorveria, em 2004, 25% de seus rendimentos disponíveis. Acrescente-se a isso a ameaça de uma crise dos fundos de aposentadoria norte-americanos, com prestações definidas, cujos ativos torraram com a crise da Bolsa. Os Estados Unidos só estão em condições de aumentar seus investimentos, sem arrochar o consumo, às custas de um considerável endividamento externo, da ordem de 400 bilhões de dólares por ano. Isso implica um "bombeamento" de capitais desastroso para o crescimento dos outros países e, mais adiante,

torna o próprio país devedor vulnerável junto a seus credores. Finalmente, e ao contrário do que vem sendo dito, não seria o capitalismo do mercado de capitais fundamentalmente inadequado às exigências da mutação tecnológica contemporânea? Os meios de comunicação fazem do mundo uma unidade organizada em redes, vivida em tempo real e dominada pela interdependência. As questões que se colocam implicam uma abertura para o prazo, muito longo, da biosfera (ritmos de reconstituição de bens renováveis, biodiversidade, efeito-estufa...); e uma abertura para os valores humanos, ao invés e no lugar do desempenho exclusivo do aparelho produtivo.

A necessidade de transformar o sistema

A todos esses desafios o sistema responde com um autismo mesquinho, baseado exclusivamente na lógica do instrumento financeiro. Dessa maneira, o prazo-muito-longo transforma-se nos "próximos dez minutos", como declarou a James Tobin um financista que pensava estar sendo realista. E o aparelho econômico passa, então, a se empenhar em disparar os rendimentos, ainda que pagando para isso o preço da desertificação das terras, da degradação da natureza, da destruição das riquezas e da desgraça dos homens. Em seu livro, Joseph Stiglitz mostra como o FMI, um autêntico "bombeiro piromaniaco", cria por si próprio - ao impor uma lógica exclusivamente financeira aos países mais pobres - os problemas que tem por missão combater. Em qualquer lugar do mundo onde exista uma ameaça de crise e a economia real necessite de liquidez, o Fundo impõe as restrições que mergulham as pessoas na desgraça... mas garantem o reembolso de seus credores. Dessa forma, sacrificando os investimentos básicos de rendimento diferenciado (infra-estruturas econômicas, educação, saúde etc.) indispensáveis ao crescimento econômico - e com o objetivo de garantir os excedentes orçamentários indispensáveis ao pagamento das dívidas, os planos de ajuste estrutural (PAS) asfixiam os países que dizem estar socorrendo... A Argentina sabe disso. Dessas contradições fundamentais resulta a incapacidade de o sistema regular as economias modernas. Se nem sempre se trata de uma "noite de gala", nem por isso se trata de meros acidentes de percurso. Os próprios atentados do 11 de setembro serviram, ainda que marginalmente, para acelerar e revelar as contradições que já existiam no sistema. É o próprio sistema que está em crise. De nada adiantarão rezas fortes, medidas de faz-de-conta ou quebra-galhos. Mas, não nos deixemos iludir: a principal característica do capitalismo - devido ao espaço que oferece a uma multiplicidade de iniciativas individuais - é sua capacidade de utilizar as crises para se regenerar e renovar. A verdadeira solução para o capitalismo do mercado de capitais não vai cair do céu. Ela pressupõe uma ação deliberada com o objetivo de arrancar o poder das mãos das potências financeiras e, dessa forma, transformar a lógica do sistema.

Tradução: Jô Amado

* Professor na Universidade de Paris - I e ex-presidente do Conselho Científico da Associação para Taxação de Transações Financeiras para Ajuda dos Cidadãos (Attac). Autor, com Jean Liberman, de *Mondialisation financière et terrorisme*, ed. L'Atelier, Paris, 2002.

1. As dez "recomendações" impostas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial aos países pobres. Ler, de Moisés Naim, "Avatars du consensus de Washington", *Le Monde diplomatique*, março de 2000.
2. Um tipo de ações especial, concedido aos altos funcionários das empresas, que lhes permite realizarem operações de mais-valia significativas e sem fiscalização.
3. Duas empresas suspeitas de falsificação contábil e venda fraudulenta de ações.

PRESTAÇÃO DE CONTAS



ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2002

RUBRICAS / MESES	SET
ATIVO	2.011.344,32
FINANCEIRO	1.760.120,87
DISPONÍVEL	239.617,57
Caixa	2.134,32
BANCOS	2.983,03
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	236.120,22
REALIZÁVEL	1.520.503,30
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.516.026,79
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.516.026,79
CRÉDITOS A REALIZAR	4.476,51
DEVEDORES	0,00
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	2.943,37
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	842,00
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR	65,85
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	0,00
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	625,29
ATIVO PERMANENTE	251.223,45
IMOBILIZADO	245.407,96
BENS MÓVEIS	77.484,86
BENS IMÓVEIS	197.187,83
REFORMAS EM ANDAMENTO	50.350,38
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	79.615,11
DIFERIDO	5.815,49
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	9.469,78
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	3.654,29

PASSIVO	1.915.500,13
PASSIVO FINANCEIRO	25.890,27
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	5.257,88
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	3.900,44
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	142,70
CRÉDITOS DIVERSOS	1.214,64
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	20.622,59
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	20.622,59
SALDO PATRIMONIAL	1.889.619,86
ATIVO LÍQUIDO REAL	608.950,40
SUPERÁVIT ACUMULADO	1.280.669,46

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS FOLHA 2

RUBRICAS / MESES	SET	ACUMULADO
RECEITAS	106.732,83	892.621,22
RECEITAS CORRENTES	81.778,58	712.885,52
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	81.778,58	712.885,52
RECEITAS PATRIMONIAIS	24.501,77	155.482,13
RECEITAS FINANCEIRAS	24.480,36	155.440,72
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	41,41	41,41
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	72,13	17.517,30
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	72,13	17.517,30
OUTRAS RECEITAS	380,35	6.736,27
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	316,35	4.141,53
OUTRAS RECEITAS	64,00	2.694,74
DESPESAS	97.846,88	796.777,03
DESPESAS CORRENTES	97.846,88	796.777,03
DESPESAS COM CUSTEIO	30.896,07	293.078,86
DESPESAS COM PESSOAL	13.328,61	112.963,65
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	7.361,23	93.385,52
DESPESAS DE EXPEDIENTE	6.218,71	57.251,36
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS	908,35	5.286,77
DESPESAS LEGAIS	0,00	1.028,84
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.478,28	7.799,69
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.219,11	11.447,08
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	642,98	3.638,23
ENCARGOS FINANCEIROS	40,80	279,72
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	44.493,30	314.480,54
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	7.655,00	13.443,00
DESPESAS COM VIAGENS	19.523,19	89.234,07
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	550,00	9.266,00
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	1.050,00	34.860,80
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	15.705,11	151.674,72
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	10,00	13.198,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.457,51	189.217,83
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	18.452,00	154.112,29
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	4.005,51	35.105,34
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	8.885,95	95.844,19
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	95.844,19	95.844,19

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS - FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO FOLHA 3

RUBRICAS / MESES	SET	ACUMULADO
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	2.830,44
FÓRUM MUNDIAL EDUC. RECEITAS DE INSCRIÇÕES	0,00	1.620,00
ESTORNO DESP. PENDENTES COMPROVAÇÃO EM 2001	0,00	1.210,44
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	2.830,44
CONDIÇÕES URBANAS - F.M.E.	0,00	0,00
CPMF - F.M.E.	0,00	10,86
DESPESAS C/INFRA-ESTRUTURA - F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS C/ESTADIA E HOSPEDAGENS - F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS BANCÁRIAS - F.M.E.	4,71	44,71
DESPESAS C/LOCAÇÕES - F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS C/PASSAGENS - F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS C/SEGURANÇA - F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO - F.M.E.	0,00	0,00
GASTOS C/COMBUSTÍVEIS - F.M.E.	0,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE - F.M.E.	0,00	491,25
PREVIDÊNCIA SOCIAL - F.M.E.	0,00	0,00
PROPAGANDA E PUBLICIDADE - F.M.E.	0,00	2.283,82
SERVIÇOS DE TERCEIROS - F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS PENDENTES DE COMPROVAÇÃO	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	(4,71)	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	0,00	0,00

RUBENS C. V. WEYNE
PRESIDENTE

NINO H. FERREIRA DA SILVA
CONTADOR - CRC/RS Nº.14418

URUGUAI

Fórum Social reúne quatro mil

Durante os dias 15, 16 e 17 de novembro aconteceu o Fórum Social Uruguaio (FSU), com painéis, seminários, oficinas e centros de vivência, como um Acampamento da Juventude. A estimativa é de que mais de quatro mil pessoas tenham circulado pelos prédios da Universidade da República e da Católica e de diversas Ongs e sindicatos, além da Prefeitura de Montevideo, locais que abrigaram as atividades.

Os temas tratados nas 81 diferentes atividades tratavam de direitos humanos, educação, gênero, meio ambiente, política e economia, religião, saúde, trabalho, ciência e tecnologia, comércio internacional, integração regional e continental, reforma do Estado e situação da infância. Um Fórum Maldonado e um Fórum Regional Norte também foram realizados, nas semanas prévias, como iniciativa das organizações locais e deram lugar a um Fórum do Interior, dentro do FSU.

Três eixos principais formavam os painéis centrais. O primeiro, "Identidade, cultura e história", discutiu o enfraquecimento do tecido social, e buscou alternativas para as questões da pobreza e da exclusão. "O Uruguai e o Mundo", segundo eixo, abordou a importância da democracia participativa, além de a crise do sistema financeiro, e como as instâncias transnacionais de decisão, os órgãos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial, afetam os processos de consolidação democrática.

Além de analisar o impactante processo de emigração de uruguaios, principalmente jovens, que têm deixado o país por causa da crise, "Alternativas para um outro Uruguai possível, o país que queremos", apresentou as novas culturas políticas e a construção da cidadania, abordando a relação entre as organizações sociais e o Estado. Também reforçou a possibilidade de um outro Uruguai debatendo alternativas de desenvolvimento alternativo, como as sociedades sustentáveis.

A sexta-feira, dia 15 de novembro, foi marcada por uma grande marcha, que saiu da Plaza Libertad no final da tarde, pela soberania nacional e contra a Alca. Domingo foi o dia da Primeira Assembléia Nacional contra a Alca, que discutiu o conteúdo e os impactos da imposição estadunidense a partir de perspectivas econômicas, sociais e políticas. Foi apresentando, pelo recém criado Comitê Nacional Contra a Alca, o plano de ação uruguaio da campanha contra Área de Livre Comércio.

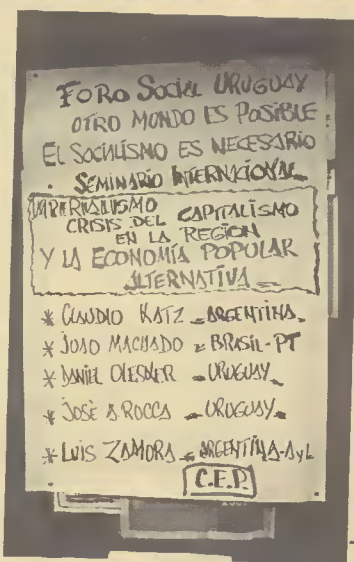
Olívio Dutra participa de seminário

O governador Olívio Dutra esteve presente no seminário Repensando o Estado, que discutiu a reforma deste do ponto de vista dos trabalhadores e da participação cidadã. Dividiram a mesa com o governador, no sábado, Juan Gonzáles, da CTA, Daniel Olesker, do Intituto Cuesta Duarte e Miguel Fernández Galeano. Organizados pelo Centro de Estudios Populares do Uruguai, ainda aconteceram duas oficinas na faculdade de Psicologia que tiveram representantes brasileiros. "Imperialismo, a crise do capitalismo e a alternativa popular", que enfocou a alternativa da economia popular na tarde de sábado, contou com João Machado, economista de São Paulo, Claudio Katz, da Argentina, Daniel Olesker e José Rocca, ambos uruguaios. Enfocando um programa político popular alternativo, estiveram presentes no domingo o ex-perfeito de Porto Alegre Raul Pont, a deputada federal Luciana Genro, o deputado argentino Luis Zamora, Emílio Cafassi, da UBA, o diretor da Cátedra Derechos Laborales Helios Sarthou e o deputado uruguaio da Frente Ampla, Raúl Sendic.

Foram mais de 800 uruguaios, representantes de 54 organizações, que vieram a Porto Alegre no último Fórum Social Mundial. Eles adotaram a Carta de Princípios do FSM como guia para organizar a proposta deste



Fotos Clarissa Pont



Montevideo: Fórum Uruguaio seguiu carta de princípios do FSM de Porto Alegre para discutir problemas uruguaios e mundiais

Fórum Uruguaio, gerando "uma grande caixa de ressonância da sociedade civil", como diz sua convocatória. O Fórum se abriu como um espaço para um processo participativo no qual os uruguaios, de pelo menos quatro

gerações – via-se jovens e muitos idosos –, discutiram a realidade nacional e a parte que representam neste movimento global que a partir de uma diversidade integra forças para um outro mundo possível.

FSM

Futuro governo gaúcho diminui investimentos

O futuro governo do Rio Grande do Sul resolveu reduzir os investimentos previstos para o Fórum Social Mundial, de R\$ 2,7 milhões para R\$ 1,8 milhão. A equipe de transição do futuro governo Rigotto (PMDB) esteve reunida no final do mês passado com os representantes do comitê organizador do FSM, Sérgio Haddad (Abong) e Cândido Grzybowski (Ibase). A decisão de reduzir o valor foi justificada como resultado "da análise do fluxo de caixa do orçamento para o próximo ano". Na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Sérgio Haddad, a decisão do futuro governo trará prejuízos à qualidade do Fórum e

enfraquecerá a possibilidade do evento, no futuro, continuar sendo realizado em Porto Alegre. As duas equipes decidiram manter as conversações. O comitê organizador do FSM ainda acredita na possibilidade da manutenção dos recursos inicialmente previstos. O secretário da Administração e Recursos Humanos, Marco Maia, integrante da equipe de transição do governo, garantiu que a intenção do atual governo é entregar o Estado com todos os compromissos quitados. Quanto a novos investimentos e aos recursos que deverão ser disponibilizados para o Fórum Social Mundial, a responsabilidade é do governo eleito, assinalou Maia.



DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

O exemplo que vem de Palmares

Reprodução www.ars.com.br/projetos/ibrazil



Estendendo-se de meados do século XVI aos fins do XIX, a escravidão, nas Américas de africanos e descendentes foi um dos episódios mais dolorosos da nossa História. A essa crueldade, que despovoou a África e vitimou milhões de seus filhos opôs-se um modelo de resistência: os quilombos. Na Angola pré-colonial, esses mistos de arraiais militares e núcleos habitacionais e comerciais, abertos a africanos de quaisquer etnias, já desempenhavam um papel político e econômico fundamental. Transplantados para as Américas, os quilombos firmaram sua importância na resistência à escravidão.

Em fins do século XVI, escravos de um grande engenho da capitania de Pernambuco, depois de uma grande rebelião, refugiaram-se na Serra da Barriga, na região conhecida como Palmares, hoje Alagoas, e lá se organizaram em um quilombo. Até a destruição de seu reduto principal, em 1694, Palmares foi, de fato, um verdadeiro Estado autônomo encravado na capitania de Pernambuco. No auge de sua produtiva existência suas relações com as comunidades vizinhas chegaram a ter momentos de uma troca econômica rica e organizada. Essa autonomia, abalando a autoridade colonial, motivou uma repressão jamais vista.

De 1596 a 1716, ano da destruição de seu último reduto, os palmarinos suportaram investidas de 66 expedições militares e atacaram 31 vezes. Em toda essa luta avulta a figura do grande líder Zumbi. Estrategista comparável aos grandes generais da História ocidental, Zumbi dos Palmares, morto à traição em 20 de novembro de 1695, aos 40 anos de idade, é hoje visto como o maior líder da resistência antiescravista nas Américas.

Na virada para o século XVII, o número de escravos e libertos reunidos em Palmares, e que por necessidade de sobrevivência descia para saltar os engenhos vizinhos, somava-se a centenas de quilombolas. O reduto já possuía organização própria. Tanto que, por volta de 1630, Palmares já teria cerca de três mil aquilombados, desenvolvendo uma agricultura avançada para os padrões locais e da época. Plantavam cana-de-açúcar, milho, feijão, mandioca, batata e legumes. Fabricavam artefatos de palha, manteiga e vinho. Criavam galinhas e porcos e desenvolviam uma organizada atividade meta-

lúrgica, necessária à sua subsistência e à sua defesa.

A chegada dos holandeses a Pernambuco, em 1630, facilitou a fuga de mais gente para Palmares. O quilombo foi se fortalecendo e se transformando em uma real e perigosa ameaça ao poder colonial. Foi quando a repressão tomou corpo.

Durante sua longa existência, Palmares teve vários chefes, mas a História até agora reconhece dois deles, Zumbi e Ganga Zumba, e os reserva o papel de protagonistas desta história. O ano de 1678 pode ser considerado o divisor de águas entre esses dois estilos de comandar. Depois de sérias perdas suportadas pelos palmarinos em 1677, Ganga Zumba, então principal dirigente, negocia a paz com as autoridades coloniais e abandona a Serra com seus seguidores, provocando o início da liderança de Zumbi.

Em 1680, no arraial de Cucaú próximo ao litoral, onde se estabelecera, Ganga Zumba morre envenenado. E a partir daí a repressão a Palmares vai se embrutecendo, com a participação de milhares de soldados, de milí-

cias patrocinadas pelos senhores de terras e até mesmo de combatentes mercenários. Depois de passados 15 anos, o líder Zumbi é assassinado durante a expedição repressora comandada por Domingos Jorge Velho. A experiência palmarina foi a maior e mais longa contestação à ordem escravista em todo o mundo e em todos os tempos. Por extensão - e mesmo por ter sido Palmares um reduto que abrigava negros, índios e brancos pobres -, a saga de Zumbi é um rico episódio de luta contra o racismo. Assim, o dia que marca o seu "ingresso na História", 20 de novembro, foi escolhido como "Dia Nacional da Consciência Negra".

Desafios continuam

Os desafios dessa luta continuam. Segundo a Pesquisa Emprego e Desemprego feita pelo Dieese e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) para esta data, as mulheres e crianças negras são as mais afetadas pelo racismo. O levantamento este ano no Distrito Federal e em cinco capitais - São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre - mostra que os maiores índices de desemprego e emprego vulnerável são registrados pelas mulheres negras. Tais empregos (assalariados sem carteira assinada, autônomos que trabalham para o público, trabalhadores familiares não remunerados e os domésticos) ainda são ocupados pelos negros em maior proporção do que pelos não-negros.

Em relação às crianças a situação de desfavorecimento é evidente quando se compara a presença no mercado de trabalho dos negros de 10 a 17 anos com a dos não-negros. E, apesar de os negros ingressarem mais cedo no mercado de trabalho, param mais tarde. A quantidade de anos trabalhados é extensa, porque a qualidade dos empregos é ruim. Como a pesquisa do DIEESE mostra, a população negra ocupa empregos mais vulneráveis, o que impede uma aposentadoria ou permite apenas um valor mínimo para ela.

Texto publicado no livro "Desastres do Amor", Editora Record - Rio de Janeiro, 1993, foi extraído de "Contos para um Natal brasileiro", Relume-Dumará/IBASE - Rio de Janeiro, 1996, pág. 121. Dalton Trevisan é o mais importante escritor paranaense vivo. O Paraná foi o Estado homenageado na 48ª Feira do Livro de Porto Alegre.

ORELHA

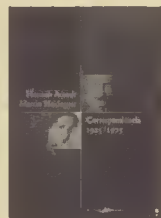


Hannah Arendt / Martin Heidegger - Correspondência 1925-1975

Ursula Ludz

Martin Heidegger e Hannah Arendt, dois dos maiores filósofos do século XX, conheceram-se como mestre e

aluna, em 1924, em Marburg. Ele tinha 35 anos e ela 18. Encontros, romance secreto, paixão exaurida. Cada um seguiu caminhos bem diferentes, na filosofia e na vida. Arendt, judia, deixou a Alemanha. Radicou-se nos Estados Unidos. Heidegger aderiu à ideologia nazista, como reitor da Universidade de Freiburg. Relume Dumará. R\$35,00. 340 p.

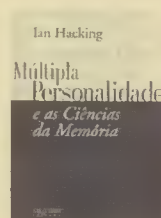


Questão de gosto

Daniel Piza

Trata-se de uma seleção de textos, ensaios e resenhas publicados na imprensa ao longo da década de 90, em jornais como Gazeta Mercantil e revistas como Bravo!. Com seu li-

vro, Piza demonstra uma revalorização da crítica cultural no jornalismo brasileiro e mesmo mundial, detectada principalmente após a queda do Muro de Berlim, em 1989. "A crítica voltou a debater os costumes e a ver as implicações sociais, filosóficas e históricas de um ato de consumo cultural", afirma o jornalista. Record. R\$ 40,00. 392p.



Múltipla Personalidade e as Ciências da Memória

Ian Hacking

Ian Hacking vem se dedicando aos estudos da ciência da memória e também ao desentrelhar de um fenômeno que vem crescendo muito atualmente: a múltipla personalidade. O resultado desses estudos é o livro "Múltipla personalidade e as ciências da memória". A memória é um poderoso instrumento na busca da compreensão, justiça e conhecimento. Suscita a consciência, cura algumas lesões, restaura a dignidade e induz as rebeldias. José Olympio. 360 páginas. R\$39,90

WWW

Software Livre

www.hipatia.info

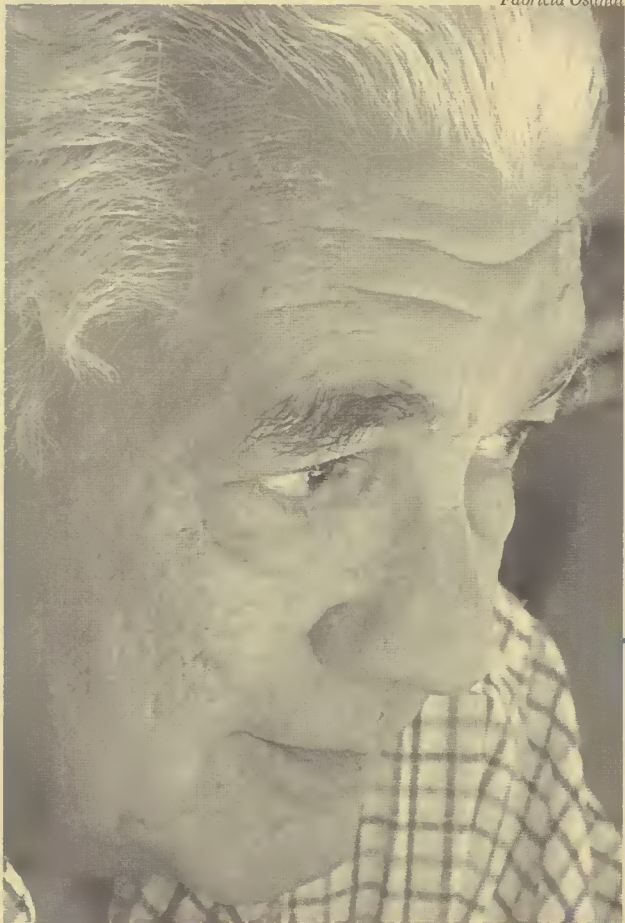
Movimento que apóia a implantação do Software Livre em todos os campos da sociedade. O site mostra as propostas do movimento e textos sobre o assunto.

Comunicação

www.comunique-se.com.br

Sítio voltado para a comunicação, com ferramentas para o uso dos jornalistas, e reportagens sobre os bastidores da notícia, sempre mostrando as movimentações deste mercado.

Fabricia Osanai



Izquierdo: "a memória é um tema que atrai, que chama a atenção e que soa um pouco mágico"

"Somos feitos de memória"

O neurocientista Iván Izquierdo, argentino naturalizado brasileiro, é um dos maiores pesquisadores do mundo na área de fisiologia da memória. São mais de 45 anos de atividades fecundas, que rendem a Izquierdo a honra de ser o pesquisador brasileiro mais citado no exterior. Seus artigos e livros já são parte imprescindível das bibliografias básicas dos trabalhos dedicados ao tema memória. É sobre este assunto seu último livro, *Memória* (editora Artmed), que teve lançamento dia 12 de novembro na Feira do Livro de Porto Alegre.

Jéferson Assunção

AD verso - **O senhor diz no seu livro que a memória é uma área um pouco mágica da ciência. Por quê?**

Izquierdo - Chama atenção porque a memória é justamente aquilo de que somos feitos. Somos aquilo que nos lembramos, exclusivamente. Não podemos ser aquilo que não sabemos, aquilo de que não nos lembramos. Essas coisas desapareceram, não são mais parte nossa. Somos feitos de memória. Todo nosso diálogo, todo o nosso contato com o mundo, nossa percepção de nós mesmos, referente à personalidade ou a outras coisas, são em função de nossa memória. Por isso é um tema que atrai, que chama a atenção e que soa um pouco mágico. Não sei se realmente é tão mágico, mas soa mágico.

Adverso - Qual a função do esquecimento para a memória?

Izquierdo - Estamos trabalhando justamente muito nisso, por hora, dedicando estes últimos meses a isso, porque é um dos aspectos mais importantes. O esquecimento é necessário para que possamos não perseverar sempre na mesma coisa. Se não, aprenderíamos uma coisa e depois nunca mais sairíamos disso. Não teríamos mais possibilidade de modificar aquela coisa. Por exemplo: para quem trabalha com a memória, o aumento de conhecimento tem sido grande. E quem se lembra só daquilo de dez anos atrás não poderia acumular nada novo que sabemos agora. Não teria espaço, literalmente, para isso. Então, a gente tem que ter a capacidade de esquecer um pouco, ou reduzir algumas memórias a um nível inferior e poder incorporar outras novas e poder pensar.

Adverso - O senhor diz que um médico que tenha estudado vários anos de sua vida, se chamado a falar sobre tudo o que sabe, o faria em muito pouco tempo...

Izquierdo - Pode contar isso tudo numa manhã, ou talvez um dia. Eu posso lhe contar minha infância, que durou cerca de 15 anos, até o último detalhe que eu me lembre, em uma hora, uma hora e meia.

Adverso - O escritor Jorge Luiz Borges, também argentino, tratou da importância do esquecimento, para a memória, em um famoso conto chamado *Funes, o Memorioso*. Por que tantas referências a Borges em seus textos?

Izquierdo - Creio que é a pessoa que mais entendeu a memória e de memória em toda a história. Por exemplo este tema do esquecimento que falei agora, estava prati-

camente citando palavras dele, que estão neste conto famoso. Funes é um personagem com uma memória perfeita e que portanto era meio burro, porque era incapaz de progredir. Se quisesse lembrar de um dia inteiro de sua vida, precisava de outro dia inteiro para isso. Perdia o tempo de uma forma total. Não podia fazer nada, porque estava lembrando outro dia. Então, este conto descreve este aspecto da necessidade e o valor do esquecimento como em nenhum outro lugar que eu tenha visto.

Adverso - E vocês, aqui na Ufrgs, perseguem esse insight borgeano, de uma forma científica hoje...

Izquierdo - Sim. Quais os mecanismos, como se regulam? Borges teve muitos insights sobre a memória. Muitíssimos. Na verdade, a maior parte dos contos dele são jogos com a memória.

Adverso - O senhor diz que somos nossa memória, que somos aquilo que recordamos. Quais são as implicações da constatação de que não somos nada mais do que lembramos?

Izquierdo - É simplesmente uma coisa que nos coloca em nosso lugar. Nós não somos deuses. Somos aquilo que nos lembramos. E temos, como conceito de Deus, um conceito de alguém que é muito mais do que isto, porque é capaz de recordar tudo e de criar coisas novas também. Nós não podemos fazer uma coisa sem a outra. Não podemos criar coisas novas sem esquecer um pouco. E nos lembramos só de partes das coisas. Por exemplo, poderia lhe contar minha riquíssima infância

"Não podemos criar coisas novas sem esquecer um pouco"

em uma hora, mas se não pudesse fazer isso, seria uma pessoa que estaria sempre agarrada à minha infância, e até agora não teria saído dela.

Adverso - A história é o conjunto das coisas de que os seres humanos se lembram. Seria uma grande memória coletiva do ser humano?

Izquierdo - A história é uma grande memória coletiva, sim. Os franceses são franceses porque se lembram de ser franceses, porque se lembram de coisas francesas. Nós não somos franceses porque não temos coisas francesas para nos lembrar. Temos coisas brasileiras, e lembramos disso. Portanto somos brasileiros. Eu aprendi tarde, mas aprendi.

Adverso - O que seria do homem sem essa sua memória externa, que possibilitou a cultura, como a escrita, por exemplo? Poderíamos nos definir dessa forma: o homem é um animal que lembra?

Izquierdo - Bom, todos os animais lembram. Tanto é que se estuda a memória em animais, porque podemos operar o cérebro dele, podemos fazer um monte de coisas, injetar tóxicos, coisas que nos humanos não se pode fazer... Quer dizer: todos os animais lembram. Os sistemas nervosos lembram. São máquinas de lembrar. Má-

quinas de adquirir informações e lembrá-las. Isso define, na verdade, o que é um sistema nervoso. Todo o ser vivo que tenha algo parecido com o sistema nervoso vai aprender e lembrar. Vai ter memória. Agora, a história é a memória, sim. Em termos sociais, e não em termos individuais. Se aplicamos todas as coisas que dissemos sobre os indivíduos, a história é a memória dele, de comunidades, de povos inteiros, de civilizações inteiras. Por exemplo, se nossa civilização ocidental, a qual pertencemos queiramos ou não, não se lembrasse de alguma coisa, pelo menos, dos romanos, dos gregos, não seríamos a civilização ocidental. Seríamos outra coisa, não? Agora não nos lembramos da civilização japonesa como própria, porque não vivemos essa civilização. Ninguém atrás de nós, em nossa história, viveu isso. Só os imigrantes japoneses aportaram isso, no Ocidente, que enriqueceram com outras experiências. Agora a história é a memória em nível social, de comunidade.

Adverso - Já se sabe muito sobre o cérebro e a memória, ou ainda há muitos mistérios neste campo?

Izquierdo - Como em tudo, sabemos cada dia mais e cada dia sabemos que sabemos menos em relação ao todo. Uma coisa que sabemos cada dia mais é que temos que aprender muito ainda. Por exemplo, quando se descobriu o átomo. Átomo quer dizer partícula que não se pode cortar. A, partícula privativa, tomus, cortar, em grego. Depois se viu que o átomo estava composto do núcleo e de algo periférico ao núcleo. Era uma partícula e se dividiu em pelo menos duas coisas diferentes e com cargas elétricas opostas. Depois se viu o quê? Que tinham muitíssimas partículas, e cada vez mais. E hoje em dia o que sabemos dos átomos? Sabemos muitíssimo mais do que se sabia há cem anos atrás, e muito mais do que se sabia há dez anos, mas sabemos que ainda nos falta saber muito. O fato de saber cada vez mais de algo nos indica que falta mais. Mas se me perguntasse que porcentagem da memória se sabe hoje, ou cem anos atrás, não saberia lhe dizer. Sei que a porcentagem deve ter aumentado agora, mas como sabemos que o terreno se estende cada vez mais, não sabemos como é em relação ao todo.

Adverso - Como o senhor vê a sua contribuição nessa pesquisa sobre o que é a memória?

Izquierdo - Sou mais um dos que trabalham neste tema. Dentro dele, como trabalho há muitos anos, fiz algumas coisas certas no momento certo, provavelmente. E sou um dos contribuidores nessa área.

Adverso - O que representa para o senhor ser o cientista brasileiro mais citado no exterior?

Izquierdo - Me sinto localizado no mundo, porque as coisas que fazemos são lidas, entram no acervo do conhecimento mundial, e são citadas. Agora, não me faz acreditar em nada além disso, ou seja: sou muito citado, mas se depois de 45 anos e de publicar 20 trabalhos por ano, não fosse citado, seria bom me dedicar a outra coisa. Isso é uma consequência de se trabalhar muito. E de ter feito, talvez bastante vezes, bem. Ninguém cita uma coisa que dá errado. Cita uma vez e terminou. Citam bastante alguém ou um trabalho porque algo de certo tem.